

A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Selma Alves Dourado¹

RESUMO

O presente artigo, "A Inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física" objetivou discutir a respeito da educação ofertada pela rede pública de ensino, no fator quantitativo, social, inclusivo e nos desafios e melhorias frente a atual sociedade. A educação física como atividade educativa no campo da educação formal ou em outras localidades sociais, não deve se ausentar ou ignorar o movimento de luta voltado para uma educação de qualidade e democrática. Assim, é de fundamental importância a discussão a respeito das particularidades desta prática ante os desafios e complexidades que a esta apresenta. Buscou-se compreender melhor, também a proposta de inclusão escolar nas escolas estaduais na subsecretaria citada e investigou-se sobre a organização e infraestrutura existentes para receber estudantes com algum tipo de deficiência e assim, garanti-los uma educação de melhor qualidade. A proposta e o debate deste trabalho é que a educação física escolar tem melhorado em técnicas, objetividade e qualidade, porém toda proposta político-pedagógica, bem como toda prática educativa inclusiva está submetida a limitações.

Palavras Chave: Educação física escolar. Escola inclusiva. Política brasileira de inclusão.

ABSTRACT

This article, "The inclusion of students with disabilities in physical education classes", aimed at discussing the education offered by the public school system, in the quantitative, social, and inclusion factors and in the challenges and improvements facing the current society. Physical education as an educational activity in the field of formal education or in other social locations should not be absent or ignore the struggle movement towards a quality and democratic education. Thus, it is of fundamental importance the discussion regarding the particularities of this practice before the challenges and complexities that it presents. It was also sought to better understand the proposal of school inclusion in the state schools in the mentioned sub-secretariat and investigated about the organization and existing infrastructure to receive students with some type of disability and thus, guarantee them a better quality education. The proposal and the debate of this work is that school physical education has improved in techniques, objectivity and quality, however any political-pedagogical proposal, as well as any inclusive educational practice is subject to limitations.

Keywords: School physical education. Inclusive school. Brazilian inclusion policy.

RESUMEN

El presente artículo, "La Inclusión de los alumnos con discapacidad en las clases de Educación Física" objetivó discutir acerca de la educación ofrecida por la red pública de enseñanza, en el factor cuantitativo, social, inclusivo y en los desafíos y mejoras frente a la actual sociedad. La educación física como actividad educativa en el campo de la educación formal o en otras localidades sociales, no debe ausentarse o ignorar el movimiento de lucha hacia una educación de calidad y democrática. Así, es de fundamental importancia la discusión respecto a las particularidades de esta práctica ante los desafíos y complejidades que ésta presenta. Se buscó comprender mejor, también la propuesta de inclusión escolar en las escuelas estatales en la subsecretaría citada e investigó sobre la organización e

infraestrutura existentes para recibir estudiantes con algún tipo de discapacidad y así, garantizarles una educación de mejor calidad. La propuesta y el debate de este trabajo es que la educación física escolar ha mejorado en técnicas, objetividad y calidad, pero toda propuesta político-pedagógica, así como toda práctica educativa inclusiva está sometida a limitaciones.

Palabras clave: Educación física escolar. Escuela inclusiva. Política brasileña de inclusión.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de realizar uma pesquisa sobre a inclusão nas aulas de educação física surge num momento histórico, onde educandos e educadores estão inseridos em grandes transformações sociais, políticas e culturais na sociedade brasileira. O movimento que conduz esta transformação demonstra uma reestruturação das ações humanas no âmbito das políticas públicas inclusivas voltadas para a educação física na escola.

A educação física escolar como instrumento de inclusão nas escolas públicas surge a partir de um movimento que vai se dar no âmbito de todo o sistema educacional brasileiro. Com a aprovação e publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1998 pode-se verificar a importância da participação de todos os estudantes, independente das habilidades técnicas e/ou esportivas que possuam para participar das aulas de educação física nas escolas. A inclusão nas aulas de educação física é parte do movimento da escola inclusiva onde todos os estudantes devem ter acesso à educação de qualidade em conjunto com os estudantes sem deficiência.

Infelizmente a história da Educação Física no Brasil nos mostra que dentro do contexto escolar esta sempre procurou selecionar os mais aptos em detrimento dos inaptos, levando a exclusão de muitos estudantes do acesso à cultura corporal de movimento. Neste sentido, a educação física carrega uma grande responsabilidade e um grande desafio a ser superado, pois o seu passado está repleto de experiências excludentes de valorização somente dos mais aptos e mais habilidosos, não havendo nem espaço e nem vez para os estudantes com algum tipo de deficiência.

A intervenção pedagógica sob a forma de aptidão física é a concepção que ainda prevalece como orientação da educação física na escola. Apesar de grandes mudanças nas últimas décadas a visão do aperfeiçoamento do corpo ou a busca do corpo perfeito ainda é hegemônica no meio, pois a própria visão de inclusão na educação física escolar tem pouco mais de vinte anos.

Desta forma, este artigo inscreve-se na perspectiva de analisar o princípio da inclusão nas aulas de educação física em escolas públicas considerando que a realidade

mostra-se profundamente complexa e diversificada. Cada contexto escolar traz consigo uma riqueza e uma variedade de experiências desafiantes para a prática pedagógica. A inclusão nas aulas de educação física é dependente não somente de boa estrutura física das escolas, mas depende também da própria formação que os professores de educação física trazem para o interior desta.

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO UM LONGO CAMINHO

A história de pessoas com deficiência durante muito tempo foi uma história de esquecimento e discriminação, onde crianças com deficiência ou com transtornos diversos eram esquecidas em casa, atendidas em locais segregados ou instituições ou escolas especializadas (JANUZZI, 2006). O processo de inclusão na escola passou por um longo caminho até chegarmos à inclusão de estudantes em classe comum da educação básica. Mesmo nestas últimas décadas havendo grandes avanços, e sendo criada uma estrutura mínima de atendimento via estado, o que se apresentava à população era um

atendimento que envolvia acompanhamentos clínicos, como médicos, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, e também atendimentos pedagógicos ou psicopedagógicos, mas em geral não seguiam a base curricular comum da faixa etária ou da etapa pedagógica da criança. Importante ressaltar que esses espaços eram exclusivos para o atendimento de pessoas com determinadas características, por isso denominadas “especiais”. (SOARES, 2013, p. 32)

Foi somente a partir de meados da década de 2000 com a Política Nacional para Pessoa com Deficiência e a criação de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional desses estudantes que o cenário da inclusão no Brasil realmente começou a mudar.

É importante registrar que uma política não se faz somente via aprovação de lei ou decreto, pois é necessário um conjunto de medidas concretas que envolvem financiamento e formação para que se desenvolva um real processo de inclusão e democracia nas escolas.

Inicialmente as escolas se apresentaram como despreparadas para acolher a diversidade, para trabalhar com as diferenças entre os estudantes, principalmente com as características dos estudantes com deficiência que demandam diferentes recursos específicos e práticas pedagógicas acessíveis. (SOARES, 2013, p. 42)

Isto gerou, e pode-se dizer, ainda gera um movimento de grande crise no seio escolar, pois traz à tona não só as deficiências históricas da educação pública brasileira, mas mostra em grande medida o nível e estágio de preconceito em que se encontra a própria população. Essa crise instalada na escola promove um questionamento das posturas da escola, sua

finalidade e seu papel em uma sociedade que é diversa, mas não respeita a diversidade, já que as pessoas não aprendem todas no mesmo tempo e da mesma forma.

Ainda de acordo com Soares (2013), em um cenário de inclusão escolar, onde a escola precisa resignificar sua prática e sua avaliação, garantindo a participação e aprendizagem de todos, e ao mesmo tempo alcançar as metas nos índices de qualidade da educação por meio de melhor desempenho nas avaliações nacionais, o não alcance da média desejada pode ser frustrante. Neste sentido, a inclusão escolar é um duplo desafio, onde deve derrubar as barreiras criadas dentro das próprias relações entre professores e alunos e ainda vencer o estigma de que os estudantes com deficiência seriam um empecilho para o sucesso da escola nas avaliações externas.

É necessário inicialmente compreender que para que o processo de inclusão acontecesse foi necessário um longo caminho, e inicialmente as escolas era de natureza especial e não escolas inclusivas como temos hoje. Definir educação especial é algo complexo, visto que nem sempre fica claro quais estudantes devem ser enquadrados nessa modalidade de ensino. Para PERSSON (1998), a educação especial é vista como um serviço que permite o acesso de estudantes que demonstrem um padrão repetido de insucessos no ensino regular.

Mas de acordo com MATTOS (1998), a educação especial exerce um duplo papel com relação à educação regular. Se, por um lado, democratiza o ensino e permite o acesso de todos os estudantes, por outro incentiva ainda mais o processo de segregação, visto que os serviços são em geral realizados totalmente à parte do ensino regular. LUNARDI (2001) afirma que a educação especial é entendida como uma subárea da educação, um local “menor”, que trata de forma caridosa e benevolente aqueles indivíduos com deficiências. A partir dessa perspectiva, estes indivíduos são descaracterizados de sua condição social de sujeitos, cidadãos pertencentes a uma nação, possuidores de sexualidade, idade, sexo e etnia. Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a educação especial no Brasil deve ser definida de modo mais amplo, indo além de simples atendimentos especializados. Deve abranger uma modalidade de educação escolar, da mesma forma voltada para a formação geral do indivíduo, visando o desenvolvimento da cidadania.

Somente a partir das escolas de educação especial que foi possível avançar para as escolas com turmas de integração e por fim vislumbra-se uma escola de educação inclusiva. A educação inclusiva ainda hoje, em pleno século XXI busca o seu espaço de reconhecimento e importância na transformação da escola e na transformação da própria sociedade. É necessário uma mudança na sua visão atual de inclusão e de educação propriamente dito, onde se assume

a diferença entre os estudantes, de modo a contemplar suas necessidades e potencialidades (SOARES, 2013).

Para a autora, a escola deve flexibilizar os critérios e procedimentos pedagógicos, levando em conta a diferença entre os estudantes, bem como favorecer e estimular a diversificação de técnicas e estratégias de ensino, de modo a ajustar o processo de ensino às características, potencialidades e capacidades de cada criança e jovem.

Foi a partir deste cenário de grandes mudanças, conflitos e conquistas que vai se consolidar o conceito de inclusão, na qual para Oliveira (2003) “se propõe uma escola de qualidade para todos, incondicional e não adjetivada, aberta à diversidade humana” (OLIVEIRA, 2003, p.34). A escola sempre foi um espelho refletor da própria sociedade, e os desafios de construir uma educação tolerante e livre de dogmas religiosos e paradigmas deterministas ainda se faz presente nos dias atuais. Mais do que nunca é necessário que a escola esteja atenta às diferenças, pois a inclusão de crianças com deficiência em uma escola regular faz ver o quanto uma sociedade avançou ou não em termos de conhecimento científico e humano, pois não basta a criança frequentar uma escola inclusiva, é necessário que esta escola, seus professores, estudantes e comunidade escolar em geral envolvam-se neste processo, defendendo uma educação livre de preconceitos e consciente de seu papel.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E INCLUSÃO

A Educação Física Escolar (EFE) vem sofrendo grandes mudanças nestas últimas décadas, com o crescimento mundial do movimento de inclusão nos sistemas educacionais de uma maneira geral e especialmente nas aulas de educação física, acabaram por provocar grandes transformações na prática pedagógica do professor.

Parece que as últimas duas décadas para a Educação Física foram muito relevantes para transformações no paradigma até então hegemônico, uma área de conhecimento atrelada ao militarismo e aos movimentos conservadores como o higienismo e o eugenismo a EF parece estar à procura de sua própria identidade, ou seja, saímos de um paradigma esportivista-competitivista e começamos a adentrar numa perspectiva humanizadora, cooperativa e inclusiva principalmente no terreno educacional.

O que vem à baila dentro da educação física escolar são as discussões de conceitos, paradigmas, metodologias, identidades, pesquisas, e a própria formação inicial e continuada do educador na atuação profissional na escola. O que temos visto é que a Educação Física Escolar, aproveitando o momento histórico, reorganiza seus objetivos e seu enfoque passa a

ser não mais somente a aptidão física e o esporte, o desenvolvimento psicomotor, a ludicidade e a aprendizagem motora passam a ocupar espaço nas aulas na escola. E é a partir do no final da década de 1980 que estas mudanças vão se dar de forma considerável na Educação Física, tanto no que diz respeito à natureza da área quanto aos seus objetivos, conteúdos, pressupostos pedagógicos e metodológicos.

Surgiram neste período autores preocupados com o redirecionamento didático-pedagógico e político dado à Educação Física enquanto área de conhecimento. Para Oliveira (1981) e Medina (1983) era necessário discutir criticamente os valores que vinham sendo impostos à Educação Física, criar uma outra forma de organizar e pensar esta, contrapor-se à visão fragmentada do ser humano e do movimento. Fazer a crítica à mecanização e automatização dos movimentos, ao modelo tecnicista de ensino, defendendo o humanismo não diretivo (OLIVEIRA, 1981), na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza diferentes formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal (CASTELLANI FILHO; et al, 1992, p. 96).

Nesta perspectiva, os autores mostram a importância da educação física escolar como uma área de conhecimento bastante ampla representante da cultura corporal que busca o desenvolvimento dos sujeitos na sociedade, e não somente refém das práticas esportivas excludentes ou como “caça-talentos”.

É preciso que o aluno entenda que o homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando etc. Todas essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas (CASTELLANI FILHO; et al, 1992, p. 99).

Pensando na inclusão no âmbito da educação física escolar, esta concepção se encaixa de forma a contemplar as mudanças na EF, pois esta dá ênfase a importância de valores como solidariedade, cooperação, liberdade de expressão dos movimentos que devem ser retrçados e transmitidos para os alunos na escola (CASTELLANI FILHO; et al, 1992).

Mais do que formar atletas, a educação física pode contribuir com o desenvolvimento pleno da pessoa, com a formação de uma consciência crítica, com o conceito de cidadania e com o próprio desenvolvimento da consciência corporal, entendendo que o conhecimento do corpo precede a descoberta e integração do mundo exterior (DE MARCO, 1995).

A história da Educação Física Escolar se contrapõe diretamente ao modelo de educação inclusiva, registro esse feito na introdução do trabalho, pois de acordo com Soares et al (1992) na década de 1970 início da educação física nas escolas brasileiras onde sua prática era voltada ao rendimento e performance, tendo o modelo militarista e eugenista em seus conteúdos pedagógicos.

O objetivo principal da Educação Física na Escola era formar sujeitos capazes de suportar a guerra e as horas extensas nas fábricas, mesmo no Brasil com o industrialismo tardio, a prática da educação física vai se basear principalmente no modelo ginástico militar o médico sanitaria higienista. (CASTELLANI FILHO, 1998)

Com a introdução das políticas de inclusão a partir da década de 90 observou-se dificuldades para romper com o modelo esportivista e de aptidão física no interior da prática pedagógica do professor de educação física na escola. De acordo com Paes (1996), os conteúdos das aulas de educação física permaneceram privilegiando um número reduzido de modalidades esportivas (PAES, 1996). Para o autor essas atitudes levaram os menos habilidosos deixarem de participar das aulas por falta de oportunidade. Neste sentido o princípio da inclusão vem contribuir de forma inovadora para a reflexão sobre as práticas pedagógicas na Educação Física ao propor que:

A sistematização de objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação têm como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico da área de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência (BRASIL, 1998a, p. 19).

A partir dos PCN's em 1998 foi possível verificar uma preocupação com a participação de todos os estudantes nas aulas de educação física, independente das habilidades técnicas e/ou esportivas trazidas como experiências anteriores. Neste sentido os PCN's compreendem que os estudantes devem participar do processo ensino aprendizagem por meio de vivências relacionadas aos elementos da cultura corporal de movimento como também, tenham a oportunidade de construir seus próprios conhecimentos a partir delas, unindo o pensar ao fazer.

O esforço advindo com a implantação dos PCN's foi romper com o dualismo corpo e mente e tão presente nas aulas de educação física. Ainda de acordo com Darido *et al* (2001), a história da

Educação Física no Brasil sugere que, mesmo dentro do contexto escolar, sempre houve a seleção dos mais aptos em detrimento dos inaptos, propiciando a exclusão de muitos alunos do contexto da cultura corporal de movimento. Assim, entendemos que a intenção dos PCN's, ao propor o princípio da inclusão, foi a de vislumbrar uma Educação Física na escola com capacidade para superar a exclusão, o que ainda não ocorre na maioria das aulas de Educação Física nos diferentes segmentos (DARIDO et al; 2001, p.20).

O desafio apresentado pelos PCN's é superar a prática pela prática, repensando o fazer pedagógico nas aulas de Educação Física compreendendo a importância do princípio da inclusão como forma de superação de uma prática pedagógica que privilegiava as habilidades motoras dos mais estudantes que traziam para a escola experiências motoras anteriores, e diante disso, a educação física mostrava-se inclinada aos que já chegavam à escola fisicamente melhores preparados.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, verifica-se uma nova visão para a educação física na escola, a principal com toda certeza é a integração da Educação Física à proposta pedagógica da escola, como componente curricular obrigatório da Educação Básica, mais tarde, reconhecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) como área de conhecimento.

Para Castellani Filho (1998) esta mudança proporciona à educação física uma imersão na realidade que envolve toda a escola, pois esta sai do terreno meramente prático-esportivo e se vê como parte do processo político-pedagógico também.

A sua integração à proposta pedagógica da escola amplia-lhe os horizontes, abrindo a possibilidade para as distintas concepções que hoje granjeiam em seu interior se manifestar objetivamente, na ação pedagógica concreta. (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 23)

Esta mudança de paradigma da educação física escolar é essencial para que o princípio da inclusão se efetive concretamente na prática pedagógica do professor de educação física. Percebe-se desta forma que a inclusão sob o qual a ação didática da Educação Física deverá pautar-se, coloca em crise as práticas anteriores que supervalorizavam a aptidão física com respaldo das ciências biológicas e que por muitas décadas influenciou a educação física tanto dentro da escola como na própria concepção de educação física enquanto ciência do movimento humano (CASTELLANI FILHO, 1998).

Nota-se principalmente que com a publicação dos PCN's o paradigma esportivo começa a ser questionado e superado. Obviamente a mudança de paradigma não se faz somente por meio de nova legislação educacional, é necessário um esforço político e

pedagógico para que as mudanças de fato se concretizem. A própria estrutura física das escolas ainda apresenta uma configuração profundamente esportivista, pois se organizam a partir de quadras poliesportivas e ginásios, que em grande medida reforçam a ideia de competição e de que a educação física se resume a prática esportiva.

Castellani Filho (1998), traz apontamentos interessantes do passado, mas que ainda se fazem presentes na constituição da educação física. De acordo com Castellani Filho (1998, p. 06).

(...) O contexto do momento, pois era necessário um adestramento físico para a formação de um corpo produtivo, forte e saudável que se submetesse ao trabalho fabril sem questionamentos, já que o Brasil se centrava no processo de industrialização como modelo econômico em substituição ao modelo agrário. O esporte em grande medida obedecia estas normas, pois tem em sua centralidade as regras formais e as regras sociais.

Observou-se, portanto, a consideração da Educação Física como atividade física ou esportiva primordialmente, conforme apontaram Sousa e Vago (1997, p. 129), e que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constituindo um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional daquela época, mas ainda muito presente nos tempos atuais.

Sendo assim, considera-se o posicionamento oficial na passagem do século XX para o século XXI que se abre caminho para a construção de novas práticas pedagógicas na Educação Física, práticas essas que privilegiem a formação integral do estudante – seus aspectos físicos, sociais, afetivos, culturais e políticos – e que abandonem o viés das ciências biológicas, consubstanciadas no paradigma da Aptidão Física, pela proposição de práticas que articulem o trabalho desenvolvido na educação física com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Desta forma, a participação de todos os estudantes nas aulas de educação física torna-se viável, independentemente de suas capacidades físicas e de suas habilidades esportivas. Ressalta-se que a elaboração dos PCN's se deu com a intenção de subsidiar a implementação ou reorientação curricular em todo o Brasil. Desta maneira, explicita-se uma tentativa de modificar o antigo viés da aptidão física, incorporando uma nova ideia de Educação Física.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um

trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada, as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática de Educação Física. (BRASIL, 1998a, p. 15)

Desta forma, considera-se que o princípio da inclusão contido nos PCN's de Educação Física traz uma contribuição bastante significativa para a reflexão sobre as práticas pedagógicas em Educação Física.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA SOCIALIZADORA NA ESCOLA

A educação física como prática educativa socializadora na escola se insere num complexo contexto histórico, pois a sua própria origem assume uma forma de socialização profundamente excludente e segregadora (CASTELLANI FILHO, 1998) e para compreendermos de forma crítica a importância da Educação Física escolar, é necessário compreender o próprio processo de transformação política desta de sua origem até os dias atuais.

Refletir sobre a prática do professor de educação física na escola é compreender o processo histórico que constitui tal prática, ou seja, o militarismo, a aptidão física, o competitivismo são partes da constituição política e ideológica do fazer pedagógico do professor de educação física desde a sua origem a partir dos Movimentos Ginásticos da Europa do final do século XIX e início do século XX (CASTELLANI FILHO, 1998). Grande parte dos profissionais que hoje atuam na área da educação física refletem em sua práxis as contradições deste modelo de formação que permeou e ainda permeia esta área de conhecimento (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

As definições que envolvem o discurso da educação física como prática socializadora são apenas reflexo de produções científicas positivistas e desconexas à realidade e a reais necessidades dos seres humanos. Qual seja? Compreender a complexidade das necessidades humanas, corporais, afetivas, sociais, espirituais, culturais e políticas. Para o Castellani Filho et al (1992), a educação física somente a partir da metade da década de 1980 começa a dar sinais de esgotamento do modelo esportivista e de aptidão física. Ainda de acordo com os autores, a visão de um corpo no seu sentido político mais denso começa a fazer parte da literatura mais especificamente a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90.

Até então, o que vigorava no discurso da prática da educação física era coberto por frases prontas como: “É preciso tirar o excesso de gordura”. “É preciso melhorar a performance sexual”. “É preciso melhorar o visual”. “É preciso competir”. “É preciso, acima de tudo, vencer”. “Vencer no esporte e vencer na vida”. Então Daólio (2003) lança alguns questionamentos importantes para definirmos o real papel socializador da educação física. Então o autor questiona: “o que é realmente vencer na vida?”. Será que vencer no esporte no remete necessariamente a vencer na vida? Para o autor a educação física sempre tratou destas questões de forma superficial, desconsiderando que nem todos tem acesso de forma igualitária às práticas corporais, esportes, jogos e atividade física em geral, com isso, o efeito socializador do esporte, por exemplo, pode ser excludente e não solidário, pouco cooperativo e excessivamente competitivo.

De acordo com Daólio (2003) em uma sociedade capitalista excludente como a sociedade brasileira estes efeitos podem ser devastadores na formação educacional de crianças e jovens, pois não identificam nestas práticas uma forma de inclusão e sucesso, mas sim, exclusão e frustração.

De acordo com Freire (1992), dentro deste panorama, a educação física se desenvolve como área de conhecimento voltada para uma formação eminentemente técnica, e a própria ação do professor de educação física se limita ao desempenho de uma função técnica. Para o autor ainda, este profissional procura dar exatamente aquilo que o mercado de trabalho pede a ele, ou seja, produtividade e competência técnica.

Para Medina (1987) este é um traço do perfil generalizado do profissional da Educação Física no Brasil e é por meio deste tipo de relação que podemos analisar parte da crise desta área de conhecimento: a Educação Física entendida como disciplina técnica que se utiliza do corpo, através de seus movimentos, para desenvolver um processo educativo que nega as dimensões humanas mais profundas e complexas.

É nesse sentido que se entende que a crise que costuma atingir quase todos os setores da sociedade que clamam por desenvolvimento, parece não estar afetando diretamente a Educação Física. Ela vem “cumprindo de maneira mais ou menos eficiente, disciplinada e comportada a função que a ela foi destinada na sociedade” (MEDINA, 1987, p. 24).

A prática socializadora da educação física permitiu ao longo dos tempos o surgimento de diversas correntes ou tendências que ordenaram e organizaram a prática pedagógica do professor de educação física em todos os âmbitos de atuação. Devido à grande quantidade de informação acumulada pela disciplina acabaram surgindo diversos objetivos para a prática (desenvolvimento motor, saúde, performance, etc.), mas são objetivos que variam de acordo

com professores e instituições de ensino. O grande problema está em reconhecer qual é o momento histórico que a sociedade está vivendo. O processo educativo está sempre intimamente ligado ao momento histórico e necessidades sociais das pessoas, conforme comenta Freire (1996): “Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se” (FREIRE, 1996, p. 40).

Do ponto de vista histórico qual a contribuição da Educação Física na sociedade atual? Facilmente pode-se identificar, de maneira simplista, momentos históricos que influenciaram determinadas práticas ou adjetivar as práticas desses períodos, porém não se pode identificá-los em sua complexidade.

Neste sentido, vários autores foram identificando ao longo da história da educação física práticas pedagógicas que seguiam determinada orientação ou tendência ideológica e política. Há uma grande contribuição por parte de Castellani Filho (1999) que apresentou dez teorias pedagógicas da educação física e fez uma significativa diferenciação entre os termos das abordagens e suas concepções. Para o autor, as abordagens apresentam princípios que norteiam a prática pedagógica na escola e seus aspectos metodológicos que orientam a intervenção do professor de educação física.

A partir dessa compreensão, o autor pautando-se em referenciais concernentes à metodologia do ensino apresenta um quadro de abordagens e concepções com seus respectivos representantes.

Quadro 1- Abordagens e concepções

Tendências Pedagógicas não propositivas	Tendências Pedagógicas propositivas
Abordagem Fenomenológica (Silvino Santim e Wagner W. Moreira);	Aptidão física (Vitor Matsudo)
Abordagem sociológica (Mauro Betti)	Concepção desenvolvimentista (Go Tani no Brasil e Gallahue)
Abordagem cultural (Jocimar Daólio)	Concepção construtivista (João Batista Freire)
	Educação física plural (Jocimar Daólio)

	Concepção de aulas abertas (Hidelbrandt)
	Concepção crítico-emancipatória (Elenor Kunz)
	Concepção crítico-superadora (Coletivo de Autores)

Fonte: Castellani Filho (1998, p. 75)

De acordo com Castellani Filho (1998), estas tendências não são homogêneas e nem estanques, se comunicam, avançam e retrocedem de acordo com o tempo histórico. Para o autor, o estudo dos fundamentos teórico-metodológicos que norteiam uma dada concepção pedagógica no contexto da educação física escolar ganha destaque na atividade docente, pois possibilita uma melhor compreensão dos processos pedagógicos envolvidos no ato educativo a fim de subsidiar a intervenção.

Acredita-se que em posse desse instrumental, o professor de educação física poderá estabelecer, criticamente, as finalidades de sua atividade e promover uma prática socializadora que considere a realidade na qual está inserido. E é importante registrar que estas denominadas tendências pedagógicas começaram a se diversificar e a questionar a organização anterior da educação física, a partir de um movimento que se iniciou na década de 1980 com as primeiras publicações principalmente de intelectuais da educação física que retornavam de cursos de pós-graduação no exterior. Foram estas primeiras publicações que começaram a dar espaço a temas relacionados aos fenômenos psicológicos e sociais, não ficando restritas somente a assuntos de caráter biológico (MEDINA, 1987).

Foi nessa perspectiva, que as concepções pedagógicas e seus representantes se configuraram naquele momento histórico como alternativas teórico-metodológicas no contexto da educação física escolar. Neste sentido, é possível identificar diversos objetivos para justificar a presença da educação física na escola. Mas qual será o objetivo mais necessário para o quadro atual de acordo com a realidade da educação física na escola? É fundamental compreender o papel da educação física na escola atualmente e buscar apresentar reflexões acerca do assunto que auxiliem na elaboração de novas propostas de intervenção pedagógica para a disciplina.

A Educação Física, como fator que contribui na educação, tem sido muito abordada atualmente essa ação educativa e está voltada para o princípio de que nenhuma fonte

de conhecimento é em si mesma completa. A educação escolar precisa estar conscientizada de que a prática da educação física contribui com louvor para os processos educativos do corpo e é necessário ser valorizada, estabelecendo metas e mantendo uma reciprocidade nos processos educacionais e, claro, respeitando o território de cada campo de conhecimento. (GONÇALVES, 1994, p. 58)

O desafio que se estabelece entre a prática socializadora da educação física e o contexto escolar se funda na perspectiva de superação de uma visão dicotômica entre corpo e mente (MEDINA, 1987). Não apenas a falta de planejamento, mas há processos históricos imbricados na prática do professor de educação física que definem em grande parte o seu papel na escola e sua visão sobre corpo. A ausência da integração de uma prática docente crítica orientam um processo educacional no sentido do professor de educação física tornar-se um “prático”, um “modelo de corpo”, um modelo de “atleta” ou “esportista” que deve ser admirado e seguido por todos. O que obviamente geram grandes conflitos e limita a prática docente ao papel de reproduzir gestos mecânicos e estereotipados por parte dos estudantes.

A prática da educação física na escola deveria ser um instrumento de reflexão e ação prática inclusiva, menos competitiva e mais cooperativa, menos carregada de estereótipos e mais afeita a liberdade de movimentos e gestos por parte dos estudantes. De acordo com (RATEY, 2002, p.53) percebe-se que “na busca de uma aprendizagem prazerosa é interessante, fazer com que os alunos evidenciem a prática como instrumento que facilitará o processo de aprendizagem nas suas várias dimensões, sejam elas sociais, afetivas, cognitivas e principalmente motoras”.

Dentro desse contexto, acredita-se que a prática da educação física na escola pode se transformar em uma forma de relacionamento com o próprio mundo, ou seja, o que aprendemos com o corpo não diferente do que aprendemos cognitivamente, está tudo interligado. A atividade do sujeito é um importante aspecto da formação da consciência, admitindo que a imaginação com todas as funções da consciência, surge originalmente da ação. (VYGOTSKY, 1989).

É importante salientar que uma Educação Física Escolar que se diga esclarecida em seu trabalho possua em sua prática educativa um olhar de totalidade, ou seja, perceba-se enquanto disciplina curricular de magnitude, não cabendo à mesma ser mecanizadora de movimentos e fragmentadora de conhecimentos. Daolio (1995), relata dizendo que o corpo por um lado é mecânico e por outro uma máquina perfeita, portanto ao passo que o corpo se torna capaz de ações apreendidas, aumenta também progressivamente seu cumprimento de regras sociais.

Ainda para Daólio (1995), é necessário ter em mente que a criança através de seu corpo, desenvolve seu processo educativo, pois nele estão armazenadas suas características de vida, o qual clama por ser concreta, atendendo as necessidades de sua realidade e vice-versa, essa questão por sua vez deve fomentar o trabalho educativo do professor de Educação Física Escolar para além da simples tarefa da ação motora, elevando sua prática para uma ação educadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar as contribuições da educação física no espaço escolar frente à inclusão de estudantes com deficiências, tanto do ponto de vista dos professores como dos alunos. Após a análise e discussão dos resultados obtidos no estudo, conclui-se que o pensamento geral dos professores pesquisados foi negativa com relação a inclusão. Independente da formação, do tempo de experiência no meio escolar, a maioria dos professores não se sentem preparados para lidar com alunos que apresentem deficiências. Os professores mostraram-se mais otimistas no que se refere aos benefícios da aula de educação física para os alunos com deficiência. Quanto aos materiais pedagógico, serviços de suporte de saúde, apoio multidisciplinar, instalações e adaptações da escolas, os professores mostraram que as mesma não estão preparadas para receber os alunos da inclusão dificultando a efetivação da aprendizagem desse estudantes.

De um ponto de vista mais abrangente, os resultados obtidos revelam que, os adolescentes pesquisados, demonstraram não estar recebendo os mesmos benefícios das aulas de educação física uma vez que esses estudantes são levados para atividades de AEE no horário da aula prática dessa disciplina. Embora a legislação nacional garanta o acesso de alunos com deficiências às escolas regulares, ficou evidente durante o estudo que os professores sentem-se mal preparados e inseguros para lidar com esta situação. Esta falta de preparo reflete diretamente no que é oferecido aos alunos com deficiência, que mostram claramente, em muitas situações, sentir-se excluídos e sem participação efetiva nas aulas.

Apesar dos resultados, não se pode dizer que a inclusão de alunos com deficiência nas aulas regulares de educação física não seja boa. Na verdade, se bem planejada conforme a própria legislação determina, a inclusão pode ser o processo mais benéfico para a educação de todos os alunos, já que prepara de forma mais efetiva as pessoas para a convivência em sociedade, com todas as suas diferenças. Não se nega aqui os ganhos que podem advir de uma

inclusão com qualidade. Apenas questiona-se como o processo tem ocorrido nos últimos anos no Brasil.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 320 p.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2010, aprovado em 7 de julho de 2010, publicado no D.O.U. em 9 de dezembro de 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866 . Acesso em 6 de julho de 2012

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Publicado no D.O.U em 14 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2012

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Educação inclusiva: direito à diversidade*. Documento orientador. Brasília, 2005

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades especiais. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Documento Introdutório. Brasília, 1998.

BRASIL. Portaria. n. 1793, de 27 de dezembro de 1994. Recomenda aspectos ético-político educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais.

CASTELANI FILHO, L. Política educacional e Educação Física. Campinas, SP: Autores Associados, 2002

_____. Educação Física no Brasil: A história que não se conta. Campinas, SP Papyrus, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

DAÓLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. 7 ed. Campinas: Papyrus, 2003.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: Teoria e prática da educação física. 3ª edição. São Paulo: Scipione, 1992.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZZA, Débora. Na escola que fazemos-: uma reflexão interdisciplinar em educação popular. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 109 p.

JANNUZZI, Gilberta de M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2ª Ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

MEDINA, João Paulo Subirá. A Educação Física cuida do corpo... e “mente”: bases para a renovação e transformação da educação física. Campinas: Papyrus. 1987.

OLIVEIRA, Romualdo P.. O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça. In: *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 11, p. 61-74, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. SEESP. Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades especiais. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Documento Introdutório. Brasília, 1998.

BRASIL. Portaria. n. 1793, de 27 de dezembro de 1994. Recomenda aspectos ético-político educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais.